apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE) e que se encontram disponíveis neste Juízo e Tribunal.

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

16 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Lígia Manuela Rosado*. — O Oficial de Justiça, *Sérgio Nunes*.

2611070833

TRIBUNAL DA COMARCA DE MIRA

Anúncio n.º 8469/2007

O/A Mm^(a) Juiz de Direito Dr(a). Ana Sá, do(a) Secção Única — Tribunal Judicial de Mira:

Faz saber que no Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 21/06.0GAMIR, pendente neste Tribunal contra o(a) arguido(a) António José Antão Pinto Loureiro, filho(a) de Arnaldo Pinto Loureiro e de Maria Fernanda Antão, natural de: Santa Cruz [Coimbra]; nacional de Portugal, nascido em 23-06-1948, estado civil: Solteiro, profissão: Advogado, BI — 528664, domicílio: Rua Barão de S. Cosme, 180 — 3.º Drt.º, Porto, 4000-000 Porto, o(a) qual se encontra acusado da prática de 1 crime(s) de Condução sem habilitação legal, p.p. pelo artigo 3.º, n.º 1 e 2, do Dec. lei 2/98, de 3/1, praticado em 09-07-2005;

É o(a) mesmo(a) declarado(a) contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do C. P. Penal, por despacho proferido em 12-11-2007.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do(a) arguido(a) em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do(a) arguido(a), sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do C. P. Penal;

b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo(a) arguido(a), após esta declaração;

c) Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

d) O arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

20 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Sá*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria José S. M. Madeira*.

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Anúncio n.º 8470/2007

Processo n.º 1247/07.4TBSJM

No Tribunal Judicial de São João da Madeira, 4.º Juízo de São João da Madeira, no dia 12-11-2007, às 14:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Vitor João Ferreira Freitas, Vendedor (Ambulante, Ao Domicílio ou Por Telefone), estado civil: Desconhecido, nascido(a) em 13-04-1970, freguesia de Romariz [Santa Maria da Feira], nacional de Portugal, NIF — 194717356, Endereço: Rua António Maria Pinho, n.º 179 — 2.º I, 3700-000 S. João da Madeira

com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Conceição Santos, Endereço: R S. Nicolau 2, SI 102 — 1.º, 4520-248 Santa Maria da Feira

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado,

para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 23-01-2008, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

13 de Novembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel da Silva Rosas de Castro*. — O Oficial de Justiça, *Zulmira Rosa Aguiar*.

2611070786

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Anúncio n.º 8471/2007

Prestação de contas administrador (CIRE) Processo n.º 1116/06.5TJVN-F

Administrador Insolvência: Américo Fernandes de Almeida Torriha.

Insolvente: Construtora Joanense, Lda

O (A) Dr(a). Sílvia Barbosa, MmaJuiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente(o) Construtora Joanense, Lda, NIF — 503258954, com sede na Av. 25 de Abril, Bloco 4, 1.º Esq, Joane — Vila Nova Famalicão, 4760-000 Joane, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam *10 dias de éditos*, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

27 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sílvia Barbosa*. — O Oficial de Justiça, *Álvaro José Lima*.

2611070834

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 8472/2007

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 1.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 12-03-2007, pelas 10.37 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência n.º 625/06.0TYVNG.

Panfiso — Montagens e Estruturas Metálicas, Lda., NIF — 504201204, Endereço: Largo Dr. Fernando Aroso, R/c, Ent.º 4 Dt.º, Lavra, 4460-000 Matosinhos com sede na morada indicada.